



Retóricas Culturais nas Brechas da Cidade: a Força Inventiva das Narrativas Comunitárias

Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação — NP Comunicação e Culturas Urbanas.

Ana Lattanzi¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Juliana Krapp²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo

Este artigo se propõe a analisar como as narrativas comunitárias constroem mapas simbólicos na Candelária, uma sub-localidade do Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro. Em um lugar onde não circulam jornais ou rádios comunitários, a oralidade é peça-chave para a transformação de lugares em espaços (“o espaço como lugar praticado”, como aponta Certeau), para “a arte de moldar percursos”, para a construção de sociabilidades atreladas ao apego localista. Pretendemos apontar como o circular pela cidade revigora-se em contato com essas dobras culturais, com uma memória subterrânea, com as histórias “marotas” que marcam o dia-a-dia dos centros urbanos, inventando e reinventando novos *flâneurs*, novos repertórios de significados.

Palavras-chave

Cultura urbana; comunidade; tradição oral; lugar.

Introdução

“A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali”;
(Italo Calvino)³

Maquetes espalhadas por grandes mesas. Um movimento intenso nos escritórios das secretarias federais, estaduais e municipais encarregadas do planejamento urbano das cidades brasileiras. Ligações incessantes para diversos especialistas e potenciais colaboradores. Perguntas demais, muitas delas sem respostas. É possível planejar o tráfego de gentes, de carros, de signos, de placas que sinalizam as orientações e indicações por onde os cidadãos devem deambular? As plantas baixas da cidade se

¹ Mestre em Comunicação Social, UERJ. Pesquisadora do CAC – Comunicação, Arte e Cidade, CNPq, 2004. E-mail analattanzi@yahoo.com.br.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UERJ. Pesquisadora do CAC – Comunicação, Arte e Cidade, CNPq, 2004. E-mail julianakrapp@gmail.com

³ *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003. p. 119.



empilham em cima das pranchetas iluminadas dos arquitetos e dos engenheiros que, numa tentativa de impôr ordem ao caos urbano, se esforçam por encontrar soluções adequadas, funcionais e eficientes para as escritas das cidades — tentativas de ordenar as “retóricas ambulatórias” dos centros urbanos (Certeau, 2004). Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos são convocados a compor esse grande “congresso”, a fim de encontrarem um fio norteador que conduza os virtuosos planejadores urbanos às estratégias para ordenação da cidade. O trânsito, o saneamento, o recolhimento do lixo, as áreas de lazer, os calçamentos, os transportes, enfim, todo o equipamento urbano é pensado de forma a criar espaços de circulação e habitação que possibilitem o *estar* civilizadamente na cidade. É o paroxismo da cidade moderna ideal.

A exemplo da Paris de Haussmann (Pesavento, 2002, p. 166) que, inspirado pelo Positivismo⁴ opera uma grande reforma urbana na capital francesa, o prefeito do Rio de Janeiro Francisco Pereira Passos (1902-1906) inicia uma empreitada de reformulação na cartografia do centro da cidade. As retóricas inscritas nos traçados arquitetônicos coloniais não dão conta das narrativas imperiosas do progresso engendrado pela modernidade, que a cidade carioca como recém-cidade-capital-republicana necessita derrubar. Na época, o centro do Rio de Janeiro era tomado por casebres que, não muito incomum, eram ocupados por mais de uma família. Essas ocupações rudimentares se tornariam inapropriadas para o que se planejava para a cidade e eram conhecidas como “cabeças de porco”. A julgar pela nomeação recebida da população carioca, percebe-se que não se tratavam de moradias com apenas as suas fachadas ornadas com simplicidade. Essas formas de habitação que ocupavam as avenidas centrais cariocas foram descritas em romances e em crônicas jornalísticas, que se encarregaram de popularizar as moradias deterioradas e “insalubres”, que logo ocuparam o imaginário cultural carioca como lugares de desordem e marginalidade.

(...) das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos, fortes como o marulhar das ondas; pigarreava-se grosso por toda a parte; começavam as xícaras a tilintar; o cheiro quente do café aquecia, suplantando todos os outros; trocavam-se de janela para janela as primeiras palavras, os bons-dias; reatavam-se

⁴ Pensamento filosófico difundido a partir da segunda metade do século XIX. Em síntese, o pensamento positivista limitava-se à experiência imediata, pura e sensível das análises científicas. Propunha a descrição e a análise objetiva da experiência, a partir da História e da Ciência. O Positivismo apregoava a aplicação dos métodos das ciências naturais (Biologia e Fisiologia) à Filosofia, a fim de se resolver os problemas do mundo e da vida do indivíduo, com a esperança de se conseguir os mesmos resultados fecundos dessas ciências. Tem como o seu maior representante Auguste Comte (1789 – 1857). O Positivismo exerceu grandes influências nos intelectuais brasileiros da época. A expressão “Ordem e Progresso”, utilizada na bandeira brasileira, foi inspirada pelo pensamento positivista de Auguste Comte (cf. MARCONDES, Danilo, 1998).



conversas interrompidas à noite; a pequenada cá fora traquinava já, e lá dentro das casas vinham choros abafados de crianças que ainda não andam. No confuso rumor que se formava, destacavam-se risos, sons de vozes que altercavam, sem se saber onde, grasnar de marrecos, cantar de galos, cacarejar de galinhas. De alguns quartos saíam mulheres que vinham pendurar cá fora, na parede, a gaiola do papagaio, e os louros, à semelhança dos donos, cumprimentavam-se ruidosamente, espanejando-se à luz nova do dia. (Azevedo, 1890).⁵

A despeito da precariedade e da feiúra que traziam à paisagem urbana da cidade moderna, essas moradias eram a representação da inventividade dos sujeitos, e das suas formas de consumos dos espaços, em face da ausência de recursos apropriados ou de outra alternativa de inclusão no processo civilizatório, ao qual o Rio de Janeiro estava inserido. Com a desocupação forçada dos seus espaços de vivência, esses cidadãos cariocas (de fato e não de direito) não tiveram outra alternativa a não ser “inventar” outra modalidade de ocupação de novos territórios de moradia. A essa altura, novas configurações de habitação já estavam em desenvolvimento nos morros da periferia da cidade. Sem outra opção imediata, logo esses cidadãos cariocas construíram seus novos espaços de (con)vivência, que atualmente conhecemos como favelas.

A digressão histórica nos importa quando observamos, na contemporaneidade, tentativas de planejar-se uma cidade aos moldes positivistas; projetos que ainda não consideram, ou antes, que desconsideram as características culturais locais, sobretudo as travadas nas relações cotidianas dos cidadãos que ocupam e consomem esses espaços urbanos. Nesse aspecto, as multiplicidades e especificidades culturais são ressaltadas – ou exaltadas – por aqueles que fazem uso dos espaços para elaborar uma operação de táticas de sentido na ocupação desses mesmos espaços urbanos, trazendo à tona o reconhecimento de uma “cidade polifônica” (Canevacci, 1993). Precisariamos percorrer as brechas da cidade, os sulcos das ruas, em seus horários variados, para podermos decifrar os códigos de ocupação e de apropriação dos territórios da *urbe*, e traduzi-los – se isso fosse possível – para, a partir daí, estabelecer as estratégias necessárias para a urbanização e “ordenação” desses espaços ocupados. A clivagem que tanto caracteriza a cidade contemporânea nos emite luzes para a compreensão – distanciada, se necessário – da ocupação dos espaços e territórios urbanos pelos meandros da cultura e, por que não dizer, de resistência. A cidade contemporânea é o *locus* das mais variadas aparições de modos de vida e é no contexto desse processo de fragmentação do “tecido sócio-político-espacial” e na alteração no próprio sentido de

⁵ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Disponível em <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/cortico.html>.



cidade e de espacialidade que procuramos apontar as percepções dos sujeitos e das atribuições de sentido que fazem aos espaços que ocupam.

Aqui, especificamente, trataremos da Comunidade da Candelária, sub-localidade do complexo de favelas da Mangueira, Rio de Janeiro. Na “comunidade” seus moradores são agentes de cultura que ornaram seus espaços de sociabilidades com suas narrativas de ocupação, desenhando os traçados e as fronteiras de sua circulação. Dessa forma, constroem seus repertórios de significados, quando articulam seus repertórios culturais à percepção do ambiente para fundamentar a identidade local, a partir da comunicação, das representações e da produção das narrativas comunitárias.

O “Lugar Praticado”⁶: Comunidade da Candelária

“Por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira (...), não investem neles os mesmos sentimentos e a mesma afetividade?”

(Paul Claval)⁷

Uma extensa e larga avenida separa a linha do trem que segue para os bairros do subúrbio carioca e o morro da Mangueira que, na sua raiz, está pontuado de casinhas com os rebocos à mostra, pintadas de colorido e vizinhas de alguns imóveis antigos abandonados. Pela fachada desses prédios, podemos supor que ali, bem na base do morro, já houve algum dia um pólo industrial da cidade. No entanto, a avenida, hoje, é um lugar de passagem. Liga o centro do Rio aos bairros de Benfica e São Cristóvão, e esses se ligam a uma outra extensa e larga avenida, que vai desembocar nos bairros do subúrbio carioca. Bem se vê que é um lugar de fluxos intensos. Ponto importante na composição viária da cidade. Muitos carros, veículos maiores, viaturas oficiais e uma linha de ônibus que, freqüentemente, inscrevem marcas barulhentas e velozes em uma paisagem mais lenta, onde só se ouve o burburinho das vozes – eventualmente, entrecortadas por tiros de fuzil.

O fluxo rápido da avenida que dá acesso ao morro da Mangueira é testemunha de um cotidiano escondido pelo emaranhado de casas que se amontoam pela encosta e, com os seus coloridos, confundem o olhar de quem acabou de chegar. De baixo, do sopé

⁶ CERTEAU, 2004, p. 217.

⁷ CLAVAL, Paul. 2001, p. 40.



do morro, o olhar flagra formas que não se distinguem umas das outras pela proximidade das suas construções. O olho vê uma profusão de cores na paisagem que lhe é estranha. O estranho dá medo. O olho vê, mas a “alma” não reconhece. O desconhecido se amontoa no olhar que curiosamente continua a vaguear pela imagem, até encontrar o ponto que o detém. São casinhas construídas espremidas umas ao lado das outras, umas em cima de umas em cima de outras casinhas, em outras casinhas são as lajes abertas onde crianças soltam suas pipas, despretensiosamente, que permitem ao olho ver um pouco mais da paisagem confusa. De longe, “do olho da rua”, a impressão é que a qualquer momento uma delas vai despencar lá de cima, levando juntas as muitas outras que se seguram entre si. A sustentação impressiona porque sugere fragilidade: será que agüenta? Nesse espaço, confuso ao olho atento e *outsider*⁸, fica a comunidade da Candelária. Trata-se de uma das maiores sub-localidades da Mangueira e, segundo o relato dos moradores, o “lugar onde tudo começou”, ou seja, uma das mais antigas do complexo de favelas.

O olho segue e ainda captura a imagem de um pequeno centro comercial, com calçadinha levantada, limitada por um canteiro de grama e árvores, que separa o asfalto da calçada que dá acesso às lojinhas. A construção é feita de tijolos, com sustentação, cimentado e protegido por laje e cobertura de amianto. São sete lojinhas dispostas na parte da fente, mais outras tantas na parte de trás. Todas as lojinhas estão ocupadas com negócios que movimentam os moradores da comunidade e atendem aos freqüentadores das escolas e repartições que ocupam as margens da grande avenida. São bares que servem refeições diariamente, o bazar das Meninas e Mulheres do Morro e uma loja de material de construção. Dos dois lados desse pequeno aglomerado comercial há entradas para o interior da comunidade. Um grande descampado – que um dia já foi uma quadra esportiva – acolhe um conjunto de três edifícios de apartamentos e que são a marca do descontentamento da comunidade. Dizem que os prédios não têm nada a ver com a paisagem da Candelária. Continuamos o nosso caminho. Optamos por seguir pela ruela da direita pela proximidade e, por que não dizer?, pela simpatia que a paisagem nos oferecia. Outras lojinhas permanecem no caminho, umas ao lado das outras. Lojas de conserto de roupas, de suprimentos de informática, oficina de carros, outras fechadas aguardando uma idéia para comércio. Há uma loja de celulares que vende cartões telefônicos, acessórios para os aparelhos e onde também consertam

⁸ ELIAS, N. 2000.



telefones. Cruzamos essa área mais ampla e com menos construções. Esse espaço da comunidade é reservado para as festividades, o lazer e a recreação da garotada. Muitos marmanjos jogam seu futebol ali, aos domingos. Mas, como dissemos, o campo não está em condições adequadas, pois, com a construção dos prédios, além do espaço ter sido reduzido, o solo não está em boas condições. Nada que impeça a inventividade local de usufruir o espaço disponível. Muitos carros ficam estacionados ao redor desse espaço. Logo atrás do descampado há uma ruelinha, ou beco, como o povo do lugar chama, que dá acesso às casinhas e à vida “íntima” dos moradores da comunidade. A partir dali se configura um grande labirinto que aos olhos não iniciados causa um tremendo desconforto, pois gera a sensação de que nunca acharemos a saída. São ruelinhas que dão acesso a outros becos e a outras ruelinhas, que não dão acesso a lugar algum. Sobe-se por um lado, desce-se por outro. Escadas, ladeiras, obstáculos. Subimos um pouco, viramos à esquerda, chegamos ao Centro Cultural. Vimos as lanchonetes improvisadas que regam os moradores de salgadinhos fritos na hora. Uma parada para um refrigerante, pois o calor consome os espíritos vagueadores. Nas pequenas ruas da comunidade, vemos casinhas coloridas, umas sem pintar, ainda. Janelas improvisadas, escadinhas de acesso. Cerâmica nas fachadas, portas de ferro com vidro, outras sem vidro, algumas possuem varandinhas, muitas com lajes ainda por cobrir, à espera de algum filho casar para construir mais um andar. Plantinhas nas janelas, nas portas, penduradas nas paredes. Fios pelo céu da comunidade. Uma infinidade deles. Os postes são negros por causa dos fios que o cobrem. Fios saem e entram em todos os lugares da comunidade. Um “mar” de fios sem fim. Sempre as janelas estão abertas, as portas escancaradas pelas quais vemos o que se passa dentro. A “intimidade” fica exposta, mas não é uma coisa ruim, pelo contrário: é sinal de que nós somos sempre bem-vindos. As casas nos acolhem quando passamos e olhamos para dentro. Tornamo-nos cúmplices do que se passa ali. A casa é a rua. A rua é a casa. A casa se expande aos domínios dos becos, ou são os becos que entram e tomam conta das casas? As marcas espaciais se perdem no lugar que não tem limites que determinem onde um termina e o outro começa. Tudo faz parte de um mesmo espaço. As gentes fazem seus churrascos nas ruelas com ares de quem está dentro do quintal da casa. Os outros passam, ficam, participam com ares de quem é o convidado de honra. Uma tessitura de cumplicidades que moldam as formas de viver em comunidade.

Acompanhando o título do tópico, “o espaço surge como lugar *praticado*” (op. cit.). As entranhas das vielas que formam a cartografia espacial da comunidade da



Candelária, em cada traçado dos seus limites, permitem reconhecimentos de práticas que a definem como lugar. Vimos que suas fronteiras não são desenhadas no plano geográfico, mas sim tecidas no imaginário dos moradores que, por alguma razão, desconfiam onde a comunidade termina; ou, antes, não se interessam pelo fim do seu território. São os traçados culturais do cotidiano que importam e que definem as fronteiras. Pela repetição das perambulações, acabam por inscrever os limites da comunidade no repertório da cultura comunitária, construindo especificidades que a diferencia das outras comunidades da favela. Por isso não é importante se ter gravado os seus limites. O que é fundamental saber é o seu continuar. É a “arte de moldar percursos”, “maneiras de fazer” que marcam o traçado simbólico do lugar de pertencimento (CERTEAU, 2004, p. 180-181).

A prática do espaço na Candelária é evidenciada a partir das nomeações que os moradores imprimem aos lugares de circulação. Andar pelos becos da Candelária representa um passeio pelo mapa imaginário cultural e pela história de fundação do lugar. Em cada canto cravado na encosta do morro, as subjetividades dos moradores narradas pelos nomes dados aos becos, contam um pouco do que tem sido a experiência do viver comunitário ali. Na comunidade, a toponímia aparece como um relevante traço cultural do lugar, por onde se expressam as apropriações do espaço pelos moradores que, no cotidiano, estabelecem suas marcas e desenham seus espaços de convivência. Pelo jogo que se opera entre nomeação e renomeação dos cantos e becos da comunidade, podemos reconhecer um poderoso elemento identitário da cultura comunitária. Segundo Correa, “a toponímia, em realidade, articula linguagem, política territorial e identidade. Nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros e logradouros, têm um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais, hegemônicos ou não”(2003, p.176).

Michel de Certeau nos traz a idéia de “simulacro teórico” para pontuar as tentativas de se planejar e ordenar a cidade, a partir de um olhar “do alto”, de longe. Um engano do olhar, que se deixa persuadir pela técnica do embelezamento forçado. Tomando-se o espaço comunitário como um caminho a ser desvendado, a partir de um olhar crítico e acusador, concluiríamos, de primeira, que um planejamento urbano deveria, urgentemente, ser aplicado ali, naquelas bandas emaranhadas. Mas, ali, exatamente naquelas bandas emaranhadas, são tecidas redes calorosas de encontros subjetivos e que significam tanto, que as ausências são minimizadas pelo convívio diário de quem mora na comunidade. Segundo Certeau,

na forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmänner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder tê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem; tem dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. (2004, p. 171).

Os usos do espaço compõem as características das paisagens que são desenhadas e que formam o cenário onde se constroem as sociabilidades comunitárias. Essas paisagens estampadas no espaço nos revelam uma parcela das características e das práticas que sustentam a existência simbólica do lugar de viver.

A Alma das Ruas

De pé diante de sua lojinha de roupas, com o bebê no colo e cercada pelos olhos inquietos de um grupo crescente de crianças, é também com o olhar que Tuca⁹ nos aponta para o alto: “fica lá em cima, ó”. Lá em cima, subindo por uma das inúmeras escadarias que formam, juntas, um emaranhado de degraus, concreto, paredes e lajes — onde as janelas são um susto, brotando sorradeiras de onde menos a vista espera, com seu colorido entrecortando o cinza e o azul. É lá em cima que fica o Caboclo: “metade lixeira e metade lugar para colher ervas”, nos explica Tuca. Ou, em outras palavras: terreno baldio onde parte da população da Candelária derrama suas caçambas de lixo; a terra fértil, adubada pelos restos do povo, floresce em ervas, raízes, pequenas árvores; ao seu redor, pululam as receitas, simpatias, lendas e superstições: o verde que brota do lixo alimenta as histórias sobre o lugar; mergulha nas xícaras de chá, na cura das feridas e nas cantorias das rezadeiras.

Dona Narcisa¹⁰, do alto de seus 80 anos — 74 deles vividos na Candelária — complementa a narrativa de Tuca. “Havia sim um caboclo morando lá. Mas não era um caboclo de verdade, era só um velho. Como ele era casado com uma mulher a que todos chamavam de bruxa, passou a ser conhecido como caboclo: tanto o velho como o lugar”.

⁹ Tuca é o apelido de Sandra Clemente, 53 anos, moradora da Candelária desde que nasceu. Analista de sistemas e turismóloga, Tuca mantém uma loja informal de roupas, que é uma referência na favela — como é também, aliás, a própria Tuca. Antes do comércio de roupas, a mangueirense já foi vendedora de batata-frita em uma barraquinha e de cabelos naturais em salões da cidade, que ela comprava na Europa, como nos conta, orgulhosa. A entrevista nos foi concedida em maio de 2007.

¹⁰ Dona Narcisa da Costa Silva foi uma das primeiras moradoras da Candelária. Seu pai, um português que construía coretos pela cidade, virou nome de rua na favela: Rua Francisco da Costa. A entrevista com Dona Narcisa foi realizada duas semanas após a conversa com Tuca.

A “bruxa” e o “caboclo” já morreram há mais de duas décadas, mas o lugar onde o povo cata ervas no lixo permanece vivo, presente no mapa imaginário da comunidade. Afinal, “as ruas têm alma”, como já anunciava o cronista João do Rio em seus textos sobre o Rio de Janeiro do início do séc. XX. Mergulhado em uma cidade recém-transformada pelo afã modernizador em voga na época, o jornalista flana pelas ruas atento ao papel de pequenos atores sociais na pantomima urbana: registra o desenrolar das “profissões ignoradas”, o desempenho dos vigaristas, tatuadores, mercadores de livros; aponta para aquelas dobras culturais do dia-a-dia às quais Certeau (1994) tanto se refere em sua obra, para os “caçadores furtivos” que inventam e reinventam miúdos atos de rebelião cotidiana; observa, enfim, como a figura do anônimo molda e é moldada pela personalidade da rua — “um ser vivo tão poderoso que consegue modificar o homem insensivelmente e fazê-lo o seu perpétuo escravo delirante, (...) a rua é o motivo emocional da arte urbana mais forte e mais intenso” (p. 45).

Nesses cem anos que se passaram entre a crônica de João do Rio e o nosso artigo, a cidade — bem como a forma de narrá-la ou interpretá-la — tratou de transformar-se em ritmo cada vez mais veloz. Como mencionado anteriormente, a Reforma Pereira Passos, alvo de críticas do cronista, ao retirar grande parte da população do Centro deu uma espécie de pontapé para o surgimento das favelas, que viriam a ser um dos traços mais marcantes do Rio de Janeiro contemporâneo. Ao mesmo tempo, nas Ciências Sociais, as reflexões sobre o desenvolvimento dos centros urbanos vivenciou diferentes tons: passou da Escola de Chicago, com sua idéia da cidade como laboratório social e lugar de mobilidade, até o conceito de “não-lugares” de Marc Augé. De fato, a proliferação dos “não-lugares” tem sido anunciada como resultado intrínseco da aceleração do mundo contemporâneo, onde os espaços se esvaziariam de significado, adotando padrões homogeneizantes, globalizando-se.

Contudo, cem anos depois de “A Alma Encantadora das Ruas”, podemos ver que o Rio de Janeiro ainda é uma cidade de ruas que dão para matreiras, austeras, malandras ou fanfarronas, como enumerava João do Rio; ainda é o Rio das lendas urbanas, das histórias que se propagam marcando a cartografia ao redor; e é, sobretudo, território para que a própria cidade se reinvente, ancorada no poder daqueles “caçadores furtivos” aos quais nos referimos acima, citando Certeau — vide o exemplo das favelas, nas quais a arquitetura desafia qualquer lógica para recriar um espaço fantástico de formas exuberantes, por onde circulam narrativas ricas como as de Tuca ou Dona Narcisa. Em suma: a cidade ainda é lugar de múltiplos significados. Segundo Milton



Santos, uma importante referência em nossa pesquisa, a cidade grande é, ainda, “um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares” (2002, p. 322). É o mesmo autor, afinal, que justifica: “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (p. 314), para complementar, mais adiante: “a localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela” (p. 321).

É nesse local onde localidade e globalidade se fundem que resistem espaços como o Caboclo. Ou como o Beco do Juarez, o Beco do Saci, o Largo das Cachorras, Cornópolis (que veremos adiante). Em um tempo onde muitos anunciam a anulação da figura do *flâneur* (Beatriz Jaguaribe, citando Canclini, reflete que não existiria mais, nas grandes cidades, um contraste entre o transeunte solitário e a multidão: a acumulação de imagens anularia a pausa da contemplação) favelas cariocas como a Candelária criam uma nova modalidade para o verbo flanar: o transeunte não apenas contempla, mas adiciona um circuito incessante e caudaloso de narrativas ao seu circular pelas ruas e vielas.

“Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas” (p. 28, 29), ensina João do Rio. Na Candelária, flandar corresponde a preencher esse eterno adiamento com artimanhas narrativas, com o “parar-para-papear”, com uma atividade inventiva que associa o desenrolar do lugar com uma exuberante oralidade. No dia 30 de janeiro de 2004, uma de nossas primeiras incursões à favela, registramos em nosso diário de campo:

Na favela a via não significa sempre o ‘para onde está se levando’, mas, principalmente, um espaço de sociabilidade, um ponto de encontro. O significado de ‘rua’ muitas vezes nos surpreende. Aqui, na maioria das vezes, ela não é um meio, mas um fim em si: é a rua o objetivo mesmo de quem sai de casa. É na rua que tudo acontece — talvez mais até do que no bar, na escola, na igreja. O ‘circular’ pela Mangueira não assume tão-somente uma função de mobilidade, mas uma função de estar, de dividir, de confraternizar.

Hoje, três anos depois desses primeiros registros, continuamos acreditando nas anotações acima: como João do Rio, identificamos os tipos humanos que mantêm com a rua uma relação de “perpétuo escravo delirante”: afinal, a rua, além de alma, possui um enorme poder de delírio e reencantamento.

Palavra Erótica e Memória Subterrânea

Há uma algazarra permanente que nos impede de ouvir com exatidão as frases completas. Há uma correria, um rebuliço, um torvelinho de imagens, vozes, pés velozes calçando chinelos de dedo. Vez ou outra alguém ordena que os outros esperem: os pesquisadores não acompanham o ritmo daquele grupo de crianças e adolescentes que há algumas semanas assumiu o compromisso de nos guiar pelas ruas da Candelária, mostrando a forma como vêem o espaço que habitam enquanto nos encaminham para entrevistas com outros moradores.

Ansiosos, alegres e falantes, querem nos revelar os principais pontos de significado na favela. Passam efusivos pelo “Beco do Fusquinha”, espécie de ruela de interseção entre a parte baixa, de fácil acesso, e a “região média” (a parte alta ainda está distante) do morro, onde se concentram grande parte de nossos entrevistados. O beco ganhou esse nome porque, durante muitos anos, era ali que permanecia estacionado um dos primeiros automóveis que puderam circular pela comunidade — um fusca, é claro.

Mais adiante, após cumprimentarmos um sem fim de moradores em cada esquina, soleira ou janela, passamos pelo Beco do Saci. “Dizem que, antigamente, quem passasse à noite por aqui via sacis”, nos conta um dos adolescentes, sob as risadas incrédulas, porém cúmplices, do resto do grupo. Um pouco mais abaixo, ainda na parte do morro mais próxima à avenida, eles já haviam nos apontado Cornópolis (um estacionamento de motos que serve como sede de uma espécie de confraria) e o Largo das Cachorras (lugar onde as chamadas “cachorras”¹¹ se reúnem no início da noite).

O ponto alto de nossa caminhada, no entanto, fica por conta do Beco do Juarez: um corredor estreito e curto, delimitado em seu comprimento por uma encosta rochosa, de um lado, e uma parede cega toda chapiscada, do outro. No chão, um fio de esgoto e um pouco de mato. Mais adiante, na rua próxima, mora Juarez: “um moço beleleti”, nos relata uma das crianças. “Beleleti”, sinônimo de “colorê”, é um código entre os adolescentes, uma gíria inventada pelo grupo para designar os “loucos” da comunidade.

¹¹ As “cachorras” são mulheres pertencentes a um certo perfil. O termo foi cunhado há alguns anos, nas favelas do Rio de Janeiro, e rapidamente passou a ser associado na cidade à imagem de mulheres de comportamento sexual liberado, que costumam usar determinado tipo de roupas (calças jeans com stretch, muito justas; blusas com o umbigo à mostra; decotes e saias curtas). Na Mangueira, no entanto, são precisos mais atributos para ser identificadas como uma cachorra. É necessário, por exemplo, ter curvas exuberantes, saber sambar bem, ter os cabelos compridos e vestir roupas da moda. E, sobretudo: é indispensável ter pleno domínio do seu corpo, agir com soberba e mostrar desdém perante os homens. Ser cachorra é ter poder: diferente de outros trechos da cidade, na Mangueira ser cachorra representa ter um *status* invejável. As adolescentes da Candelária, por exemplo, competem para decidir quem entre elas é mais cachorra. Ao mesmo tempo, o comportamento “cachorra” não se confunde com uma gíria muito usada por nossos antepassados diretos: a “vida fácil”, sinônimo de vulgaridade. Atualmente, entre a nova geração o termo utilizado para se referir às mulheres que se comportam dessa maneira é “rata”, nas variações: “ratinha” e “rata velha”.

O que representa para os adolescentes esse pequeno beco espremido no coração da favela que, para nós, pesquisadores, não passa de um pequeno pedaço de concreto? Pois é lá o refúgio de grande parte dos casais de namorados, que procuram privacidade no meio da noite. O Beco do Juarez, no entanto, é um beco idêntico a tantos outros naquela comunidade. O que o tornaria diferente, a ponto de ter tamanha fama e exercer tal fascínio naqueles adolescentes, que o mostram com o mesmo brilho nos olhos de quem revela um segredo precioso?

Ora, o Beco do Juarez foi tocado pelo poder de encantamento das narrativas que circulam pela Mangueira. No mapa imaginário da Candelária, suas hachuras são mais nítidas, sua textura é mais desejável: está presente no imaginário de quem flana por aquelas ruelas como um lugar mágico, mais sensual do que qualquer outro ao entrar em contato com uma linguagem que lhe dá vida. A palavra dá alma às ruas: a oralidade encanta a topografia.

Quando começamos nossa seqüência de visitas à Mangueira, em janeiro de 2004, a oralidade foi uma surpresa. Ou, melhor dizendo: a exuberância de uma tradição oral, em pleno século XXI, em pleno Rio de Janeiro, nos pegou desprevenidos. Decerto porque não havíamos incluído este tema no escopo inicial da pesquisa, acreditamos ter sido uma “descoberta”, quando, na verdade, é parte de uma lógica natural.

Há muito que o tráfico de drogas proibiu a circulação na Candelária de jornais, rádios e demais veículos comunitários. Sendo assim, a palavra falada é, na Mangueira, o veículo primordial, uma tradição relacionada ao apego ao lugar e à reconstrução permanente de subjetividades e laços de coesão social. O único meio que persiste como repositório das histórias da comunidade é a oralidade, a comunicação boca-a-boca, o hábito de contar e recontar histórias.

A Candelária começou a ser construída em torno de uma fábrica de cerâmicas, nos contam alguns. Expandiu-se com a chegada gradual de uma mesma grande família do interior de Minas Gerais, contam-nos outros. Quando extinguiram a Favela do Esqueleto, no terreno que hoje pertence à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), muitas famílias buscaram abrigo no morro vizinho. E, durante as obras do Maracanã e da Uerj, a favela ganhou ainda novos moradores: os operários se aproveitaram da proximidade para ali se instalarem.

Todas essas histórias se embaralham nos diversos relatos que ouvimos neste período, nas falas de moradores de diversas idades e regiões da favela. Da mesma forma, ouvimos diferentes versões sobre a chegada da água potável, a trajetória de

blocos de carnaval, a história de personagens polêmicos no morro. As narrativas circulam pelo território da favela, viram fábulas que se misturam à configuração dos mapas imaginários do lugar, atrelados a essa “memória subterrânea” que oscila sempre entre o precioso e o inacabado.

Na série de reportagens “O subterrâneo do Morro do Castelo”, escritas por Lima Barreto e publicadas no *Correio da Manhã*, em 1905, o autor narra as escavações realizadas por Pereira Passos no Morro do Castelo, misturando jornalismo com uma espécie de “ficção-que-não-é-ficção”. Isto porque, quando do desmonte do morro, a polêmica sobre os supostos tesouros dos jesuítas, que estariam escondidos em galerias nos seus subterrâneos, agitavam o imaginário da cidade.

Pois na Mangueira as histórias “subterrâneas” também circulam no contato boca-a-boca, nas soleiras e umbrais das casas, nas vielas e festas. Dona Lourdes, ex-rezadeira que encarnava a Vovó Maria Conga, passa tardes a fio com a porta de sua casa escancarada, aberta às notícias que chegam nas ruas do morro. Ao mesmo tempo, ela expande para fora de casa suas próprias histórias: o espírito que ficou escondido debaixo da cama, os barulhos que ouvia à noite, quando o cemitério dos cachorros, famoso em toda a cidade, ficava defronte de sua janela.

Kely, líder comunitária e bem mais jovem que Dona Lourdes, também passa os dias a contar histórias. Seu bazar, na entrada do morro, fica permanentemente aberto às pessoas que chegam e sentam-se em sua porta, exercendo a pura arte da conversação. Para o nosso grupo de pesquisas, Kely já contou dos tempos em que havia os “banhos de mar a fantasia”, no início da década de 80; nos contou dos hábitos namoradeiros do chefe do tráfico de drogas local; e adora nos contar sobre as particularidades de cada recanto da favela, sobre as histórias que caracterizam cada esquina.

Certeau (1982) nos fala de uma “palavra erotizada” presente nas narrativas orais. Enquanto a escrita tem organizado por séculos a História, construindo a noção do que é ou não passado, a palavra falada torna-se um resto, perda irreparável — na qual, segundo o autor, situa-se o “selvagem”.

Por um lado, esta “fala selvagem” se destacaria na literatura de viagem, na qual a oralidade surge vinculada a um corpo de prazer. Nos relatos dos viajantes e nas “cartas de descobrimento”, tão comuns durante a colonização, as terras recém-descobertas surgem como lugar de produção dessa fala erotizada, intrinsecamente relacionada à erotização do corpo do outro (as índias com suas “vergonhas” tão à mostra, os trópicos e sua atmosfera de festas e sedução, o paraíso perdido).

Por outro lado, esta fala é selvagem porque não pode ser compreendida em sua plenitude — ou, ao menos, não pode ter sua compreensão expressa em palavra escrita. A oralidade, resíduo de escrita, não é passível de tradução — não pode ser domesticada. Simultaneamente, é território de encantamento e de comoção. E, para isso, depende do corpo e do ambiente ao redor: não apenas como instrumento de fala, mas como objeto de uma espécie de performance essencial à arte de contar histórias.

A fala na Mangueira não é exuberante apenas pelo que diz: é exuberante porque envolve as matizes de quem carrega algo precioso. Contar histórias é oferecer uma intimidade complexa, que carrega em si a força de um ritual antiqüíssimo e, ao mesmo tempo, desdobra-se em um desdém, torna o tempo e a ordem matéria de substância flexível, etérea. A fala é corpórea: pertence, simultaneamente, ao corpo de quem conta e ao espaço ao redor — ela pretende sempre a sedução, seja pelos ouvidos ou pelos olhos.

Quando envolta na oralidade, a palavra não deixa o seu local de produção e, assim, “o *significante não é destacável* do corpo individual ou coletivo. (...) O enunciado não se separa nem do ato social da enunciação e nem de uma presença que se dá, se gasta ou se perde na nominação” (CERTEAU, 1982, p. 217). A palavra falada não viaja alhures: ela não se guarda intacta. Ao mesmo tempo, “todo relato é um relato¹² de viagem” (Op. Cit., 1994, p. 200). Isto porque o relato se incube de um transporte coletivo pelo espaço de pertencimento, promove táticas cotidianas que guiam a indicação espacial.

Certeau fala de uma “geografia tácita da experiência” (1995, p. 36), em oposição ao universo de recursos visíveis. Contrapondo-se ao espaço vertical que dá forma estrutural às relações de poder contemporâneas, existe uma horizontalidade de histórias cotidianas, fatos banais. O autor compara a oralidade às fábulas, no sentido de estarem à deriva, no sentido de estarem mais relacionadas a desvios e à poesia do que à estrutura linear da palavra escrita. A performance do corpo é, dessa forma, essencial ao sucesso de um enunciado “à deriva”, dependente dessa quase dança atrelada à palavra.

Na performance da oralidade-fábula, as ruas da Candelária se desenham e redesenham, transportadas pelas palavras encantadas e pelos pés habilidosos desses *flâneurs* contemporâneos. Do alto da favela, lugares como o Caboclo e o Beco do Juarez promovem vistas inusitadas da cidade: a que se desdobra nos morros e a que se expande no asfalto; mesmo com toda a separação que o projeto modernista e as reformas urbanas

¹² É preciso levar em conta aqui a diferenciação que o autor faz dos relatos de lugar e dos relatos de espaço: o “espaço como lugar praticado”.



empreenderam nas últimas décadas, mesmo com o poder homogeneizante da globalização e de seus não-lugares, as ruas permanecem palco de uma topografia delirante, mutável, densa, construída pelos olhos de quem a vê e pelas palavras que delas se apropriam.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. São Paulo: Papirus, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica. Ensaio sobre a Antropologia da Comunicação*. 2ª ed. Tradução de Cecília Prada. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

CORREA, Roberto Labato. ROSENDAHL, Zeny (org.). A Geografia Cultural e o urbano. In, _____. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da USP, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Espaço e lugar*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.